

A objetificação dos corpos femininos: uma reflexão fenomenológica existencial

The objectification of female bodies: an existential phenomenological reflection

Ana Caroline Hessab dos Santos^{†*}, Fernanda de Barros Camargo Neves[†], Thais Leite Reis[§]

Como citar esse artigo. dos Santos, A.C.H.; Neves, F.B.C.; Reis, T.L. A objetificação dos corpos femininos: uma reflexão fenomenológica existencial. *Revista Mosaico*, v.11, n.2, p. 154-160, 2020.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Resumo

Este artigo aborda concepções acerca do corpo da mulher no patriarcado que se estende aos dias de hoje com a influência da mídia e seus efeitos. Assim, como método de pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros que contemplem o processo histórico da normalização da violência contra o corpo da mulher, utilizando-se como base teórica a visão de alguns autores como Foucault, Beauvoir, Davis entre outros. Interagindo com a prática psicológica como fundamento, foi utilizado o pensamento fenomenológico-existencial, que assumirá uma postura de estranhamento dos determinismos sociais, descrevendo os fenômenos tais como se apresentam: de modo imprevisível e sem interpretações.

Palavras-chave: mulher; corpo; normalização; existencialismo.

Abstract

This article addresses conceptions about the body of women in patriarchy that extends it till today, with the influence of the media and its effects. Thus, as a research method, presents a bibliographical review of scientific articles and books that was carried out to contemplate the historical process of trivialization concerning violence against the woman's body, using as a theoretical basis the view of some authors such as Foucault, Beauvoir, Davis, among others. Interacting with psychological practice as a foundation, phenomenological-existential thinking was used, which will assume a stance of estrangement from social determinisms, describing them as they appear: in an unpredictable way and very little subject to interpretation.

Keywords: woman; body; trivialization; existentialism.

Introdução

O artigo trata de uma análise do processo histórico da objetificação do corpo da mulher, corpo este que é perpassado por relações de poder, onde os direitos da mulher não são garantidos e a manifestação de padrões homogêneos de controle normatizam as condutas, produzindo corpos dóceis.

A implicação da escolha do tema advém de pensar o corpo da mulher na sociedade e como ele vem se constituindo ao longo do tempo; a influência da mídia e seus efeitos que produzem um olhar padronizador; será apresentada uma articulação da naturalização dos corpos femininos, sua normalização e a sociedade

patriarcal; como esse corpo é violentado diariamente, podendo causar danos psicológicos e físicos.

Ao delimitar sobre o controle do corpo e da sexualidade feminina se produz subjetividades, sendo assim as relações de poder moldam as construções de gênero. O patriarcado, poder do masculino, influencia a construção da imagem feminina submissa nos papéis que ocupa na sociedade, como na família e profissional. Desta forma, o espaço de agressões em relação a figura feminina extrapola o domicílio, podendo estar presente violências onde seu corpo habitar.

Portanto, no primeiro tópico será apresentado o papel da mulher na sociedade patriarcal, como é educada no seu pensar e agir, como também a importância do

Afiliação dos autores:

[†]Graduanda no Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil.

[§]Mestranda em Psicologia Social, Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ, Brasil.

* Email de correspondência: carol.hessab@hotmail.com

Recebido em: 04/05/20. Aceito em: 02/09/20.

movimento feminista, e mostrará onde se encontra na pirâmide da estrutura social. Já o segundo tópico retrata como o mundo contemporâneo é marcado pela mídia e pelos diversos estilos oferecidos pela cultura do consumo e como o capitalismo influencia esse corpo. Essa influência midiática dita padrões de beleza específicos, tornando o corpo da mulher uma objetificação, precisando se enquadrar dentro dos padrões impostos pela sociedade. Assim, o terceiro tópico irá abordar a orientação psicológica e o desvelamento de sentidos na vida das mulheres, como facilitar a abertura de consciência para outras possibilidades de existir em uma relação de modo não violento. Dessa forma, terá como foco o papel do psicólogo fenomenológico-existencial na clínica, a partir de Sartre, Heidegger, Beauvoir e Feijoo e suas contribuições.

A Sociedade Patriarcal e o Corpo Feminino

O patriarcado, cujo poder do homem é exercido sobre a mulher e a família, representa a supremacia masculina infringindo direitos, como, por exemplo, direitos trabalhistas, sentir prazer com o seu próprio corpo, controle da natalidade, entre outros, direitos estes, que tomam o corpo da mulher como um mero objeto para procriação e desejo. Sendo assim, o patriarcado exerce um impacto na imagem feminina reduzindo seu papel na sociedade a simplesmente fêmea (NOGUEIRA, 2018).

Logo, o corpo da mulher é condicionado a fertilidade pela sociedade. Temos esse fator naturalizado socialmente, onde o corpo feminino está submetido a ótica de corpo sem corporeidade, ou seja, um corpo visto como objeto, algo pronto, doutrinado, exposto, sem o direito de falar, viver e se expressar, de maneira que a mulher fica presa as ordens impostas, demonstrando assim um corpo submisso e sem direito de afeto. Esse padrão é perpassado pela lógica de poder e caso a mulher desvie é excluída da sociedade (ARENDDT, 2001).

A sociedade centralizada no sistema patriarcal com a regulação da procriação e o controle da economia, do lar e da política direciona a cidade, onde a obediência ao patriarca anula as opiniões e desejos das mulheres e crianças. (FREYRE, 2002).

Como já dito acima, o patriarcado representa um círculo vicioso, controlando e dominando as mulheres, por meio do medo e da exploração. Com isso, o direito do masculino sobre o feminino está representado por um contrato social e sexual. No contrato social, se representa o direito político do homem sobre a mulher, enquanto no sexual há o domínio do corpo da mulher (PATEMAN, 1993).

Esse controle, domínio e a soberania do homem em relação à mulher, dispõe de muitas vantagens, começando por uma vida sexual poligâmica, na qual

se permitia desfrutar as aventuras sexuais com criadas e escravas, de modo a ter uma certa discricção frente a sociedade. Todavia, as mulheres não possuíam esse direito, mas sim de dedicação ao único homem e ao lar (BORIS; CESÍDIO 2007).

Assim, o provedor era responsável por trabalhar e sustentar sua família, detendo o poder e o controle sobre as coisas, subjugando, desrespeitando e restringindo a liberdade da mulher. Portanto, entende-se que a sociedade patriarcal é uma manifestação cultural presente durante o período colonial, que se arrasta aos dias de hoje, onde há uma imposição nos papéis da mulher, conforme já citados acima (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Tal processo, independente da classe social, impõe à mulher obedecer a esses padrões sem expressar suas vontades. Contudo, quem dita a norma de conduta é a elite urbana intelectualizada, composta pelos altos funcionários, comerciantes e profissionais liberais, por terem maior acesso aos conhecimentos científicos e possuírem a concentração da renda (FISCHER, 2011).

Ao falarmos de conhecimentos dos especialistas, podemos dar o exemplo do saber médico, além do saber religioso, que através da imposição de ambos, o patriarcado tem sua autoridade reforçada, os quais regulavam a vida das mulheres por meio de confissões e cura de doenças (COSTA; MELLO, 1999).

Sendo assim, o saber religioso decreta valores doutrinando seus corpos por meio de castigos e maldições, onde se prega o discurso da pureza; caso essas regras sejam burladas haverá uma condenação ou purgatório, cuja punição poderá ser paga com o próprio corpo. Visto isso, lembra-se da figura da bruxa na Idade Média, onde as mulheres que lutavam por sua autonomia indo contra a ideologia da época eram perseguidas e queimadas. Além disso, o saber médico relacionava a malformação e doenças das crianças ao útero materno e ao sistema nervoso central culpabilizando a mulher, enquanto ao homem era atribuído o bom desenvolvimento intelectual da criança (FISCHER, 2011).

Com o surgimento de um novo contexto sócio histórico através da modernização intelectual advindo da Revolução Industrial no século XIX, possibilitou a saída da mulher do meio privado para o público, onde se teve maior autonomia e independência financeira. Todavia, permitiu também um duplo espaço de vulnerabilidade, pois se antes as mulheres eram subjugadas no âmbito doméstico, de agora em diante serão também no trabalho. (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Ainda na primeira metade do século XX, a mulher era vista de modo inferior, suas atitudes eram determinadas mesmo que tivesse uma boa situação social e posição financeira, a sua função era de educar os filhos e cuidar dos afazeres do lar, de forma a ser restrita pelo círculo familiar, como também essa restrição se estendia ao campo sexual (BARDWICK, 1981).

Ao mesmo tempo que, no início do século XX,

a mulher ainda tinha essa posição inferior diante do homem e da sociedade, algumas importantes conquistas ocorreram na civilização e no universo feminino. Desse modo, algumas mulheres atravessaram barreiras limitantes dos seus lares e lutaram pela independência econômica, buscando uma maior autonomia e construindo uma nova identidade (BARDWICK, 1981).

Assim, o feminismo emergiu no contexto de repressão colocando em discussão os direitos das mulheres tanto dentro quanto fora do lar. Nos séculos XX e XXI, o feminismo critica o cenário cultural brasileiro patriarcal, pois apesar das mulheres estarem inseridas no contexto sócio político sofriam preconceitos pela vulnerabilidade dupla, uma vez que se tornou vulnerável também na sociedade com a violação dos seus direitos. As mulheres não tinham os mesmos direitos que os homens mesmo estando incluídas na sociedade; a conquista de direitos e a atuação feminina precisavam ser reafirmadas (BARDWICK, 1981).

As conquistas fortalecidas pelo feminismo alteraram as relações entre homens e mulheres e mudaram perspectivas predominantes, tais como: direito eleitoral ao voto, direitos trabalhistas igualdade salarial e à licença maternidade, direitos sexuais e reprodutivos como o aborto. (BARDWICK, 1981). Os movimentos feministas principalmente na França, fortaleceram o papel social das mulheres no âmbito público defendendo a igualdade de direitos e de status entre homens e mulheres, encorajando-as a denunciar as opressões sejam no meio familiar, social, educacional, econômico, jurídico e político (KELLNER, 2001).

O enfoque multicultural do feminismo é questionar e desnaturalizar as ideologias impositoras e legitimistas da superioridade dos homens sobre as mulheres e do capitalismo sobre os sistemas sociais que forjam a dominação e os privilégios das classes camuflando o preconceito e criando estereótipos (KELLNER, 2001).

A violência de gênero está relacionada as violências institucionais, já que as instituições demonstram o poder na sociedade, por vezes de forma mascarada. Portanto, o movimento feminismo negro possui uma relevância na construção de novas lideranças e de novos formatos de liderança, pois enfatiza as comunidades em que vivem e o coletivo. Assim, a mulher negra é a base da pirâmide social, pois a partir desse movimento, a base da estrutura da sociedade se movimenta e conseqüentemente o capitalismo também (DAVIS, 1944).

O movimento feminista pode ser dividido em três ondas, a primeira sufragista demarca a saída do século XIX e início do século XX tendo como foco o direito da mulher ao voto; a segunda onda apresenta na década de 1960/1970 com os movimentos de libertação feminina voltada pela luta da liberdade legal e social das mulheres;

na terceira, ocorre o chamado movimento feminista atual, o qual é a continuação e/ou aprimoramento da segunda onda (BARDWICK, 1981).

Desse modo, a conquista de novos espaços e os avanços na inserção em outros papéis sociais ocasiona um abalo no sistema patriarcal, onde as mulheres por meio do saber através da educação e o acesso a cultura começam se empoderar via conhecimento. (COSTA; MELLO, 1999). Por conseguinte, os avanços tecnológicos e a industrialização mantêm outra relação com a riqueza da cidade, já que os proprietários das fábricas começaram a ser donos do capital. Inicia-se um aumento da produção devido a sofisticação das máquinas e o aumento das finanças, investidas nas mesmas, necessitando de mais trabalhadores para gerar maior produção. Com isso, a mulher teve a oportunidade de acessar o mercado de trabalho desenvolvendo-se também profissionalmente (VICENTINO, 1997).

Nota-se que nas últimas décadas mulheres de classe média vem investindo na carreira profissional por escolha ou necessidade, situação que não ocorria antes, pois a educação e o trabalho eram para o homem. Assim, as mudanças nos modos de vida, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, criaram uma nova realidade social, econômica e a construção de uma nova identidade para expressão das vontades femininas. Sendo importante observar que os salários das mulheres continuam inferiores ao dos homens, os números de mulheres que ocupam cargos de liderança são menores e a mulher continua sendo vista como principal responsável pelas tarefas de casa e pelos filhos (BARDWICK, 1981).

Na contemporaneidade, com a globalização e com o sistema capitalista, encontra-se ainda uma forte influência do patriarcado, onde é vendido à mulher uma imagem de corpo perfeito pela mídia para produção de uma idealização de suas formas, a fim de ser aprovada pelo homem, através da lógica consumista do corpo sensual. Em relação ao pensamento do homem, ele vai associar esse corpo a um objeto que lhe proporcione prazer, tornando a existência feminina um objeto de satisfação (FISCHER, 2011).

A Objetificação dos Corpos e a Influência da Mídia

A mídia desempenha um papel opressor ao ditar padrões de beleza a determinados grupos sociais, mesmo que se tenha consciência dessa submissão muitas mulheres seguem rigidamente essas regras por uma sensação de pertencimento à sociedade. Assim, podemos associar que esse modelo técnico (mídia e redes sociais), capitalista e biológico vai pensar o corpo de uma forma restritiva, sendo que o corpo da mulher era e é visto como algo punitivo, pecador, reprodutor,

mercadológico, objetificado, uma “coisa”, como uma única verdade e uma única condição de existir (FREIRE, 1980).

Os meios de comunicação, a partir do século XX, reforçam a valorização da estética do corpo feminino através de propagandas, banalizando-o e determinando padrões (ANDRADE; BOSI, 2003). Assim sendo, o corpo da mulher foi impactado pelos limites culturais e sociais patriarcais, como também produziu lucros financeiros ao se moldar ao modelo capitalista. Dessa maneira, esse modelo sistematiza padrões de comportamentos e beleza, o qual induz a mulher a despertar seus desejos para um consumismo de um corpo idealizado (CALDAS, 2001).

O corpo foi construído socialmente nos mais diferentes tempos históricos e culturais afetando a subjetividade feminina. A partir disso, a mulher pode vir a compreender seu corpo consumindo um prazer padronizado, influenciado pelo modo de produção capitalista e pela ideologia midiática, que alienam outras formas de existir da beleza (BORIS; CESÍDIO, 2007).

O padrão de beleza, por meio de propagandas, novelas e programas, pode induzir à um modelo de consumo de perfeição, que para ser alcançado necessita muitas vezes de esforços sem medidas e gastos com estética, podendo infundir uma ideia de felicidade e bem-estar social. Dessa forma, o status do apelo sexual do corpo da mulher transforma-o em mercadoria para o consumo e atribui um valor de objetificação desse corpo (ANDRADE; BOSI, 2003).

A mídia, através da propaganda e do marketing, molda a subjetividade dos indivíduos ao naturalizar um determinado padrão de beleza que, por sua vez, produz uma lógica de desejos, angústias e fantasias, onde as mulheres possam se identificar com o que é ofertado e, ao consumir de modo irreflexivo um produto, se tornam escravas da moda (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Semelhante ao consumismo e a necessidade de se sentir aceita no meio social, vemos a imposição às mulheres no tocante ao padrão de beleza social. Diante disso, Bauman (2001) diz que essa reformulação das identidades é feita como forma de assegurar os princípios de inclusão/exclusão elaborados pelo mercado e pela sociedade.

Os princípios de inclusão/exclusão elaborados pelo mercado dizem que os padrões de comportamento impostos pela normalização, seja na sexualidade, no gênero e no corpo, podem negligenciar direitos. Dessa forma, a relação de poder interfere no modo de pensar, sentir e agir podendo fomentar a violência e a injustiça, sendo o corpo da mulher naturalizado como objeto de desejo e violentado diariamente. (SAFFIOTI, 2011).

Como a sociedade é perpassada por relações de poder, as pessoas são controladas por meio dos corpos, e por meio desse controle são impostas condutas que foram aceitas pela sociedade, controlando também

a subjetividade, considerando desviante todo padrão de conduta que não se adequasse ao que era imposto socialmente. (FOUCAULT, 2011).

O poder nas relações de uma sociedade normatizadora, ou seja, uma sociedade que cria normas, padrões a serem seguidos dentro de uma coletividade, padrões esses vistos como ideais, verdadeiros e vistos como uma única verdade, fere a dignidade da pessoa quando dita, por exemplo, como ser uma linda mulher. Nesse sentido, o controle dos corpos pode produzir subjetividades e adoecimento psíquico, onde muitas mulheres perdem suas identidades por estarem alienadas do sistema e capturadas de modo viciante a corresponder com essa demanda incessante da beleza padronizada (WOLF, 1992).

Dessa forma, trata-se de uma violência simbólica, sendo essa uma violência que agride psicologicamente e pode causar danos morais, na qual a mulher não identifica o lugar do seu próprio corpo e, por vezes, não confronta essa sociedade ditadora. Sendo essa violência sutil, por vezes, e invisível, muitas mulheres não atentam que estão submetidas à uma violência simbólica. Esse poder simbólico aliena a realidade, fortalecendo as ações dos agentes agressores. A condição está associada ao capital, que se encontra incorporado, isto é, tomando literalmente o corpo e condicionando a maneira de ver e ser dos sujeitos, normatizando-os e controlando seus comportamentos e sua forma de pensar e agir (BOURDIEU, 1989).

O social, através das relações de poder, apresenta alguns aspectos, seja disciplinar ou biopolítica, sendo essa sociedade disciplinar, uma disciplina interiorizada que é atravessada por poderes transversais, presentes na sociedade e instituições de forma fluida e invisível, como uma forma de confinamento que se expande de maneira a normatizar e se apropriar ainda mais desse poder que fabrica os indivíduos, tomando-os como objetos e instrumentos do seu exercício, criando corpos dóceis. Sendo este um poder que ocorre na forma de uma sanção normalizadora e cria padrões sociais para moldar comportamentos no cotidiano, de maneira que esse poder produz nos indivíduos as suas verdades. No entanto, nós somos os produtores e produtos dessa sociedade que criamos, pois para existir essa ideologia, antes já existia um pré-conceito estabelecido na sociedade. Então, não somos simples vítimas deste jogo de forças, mas sim coautores, já que a partir de que ficamos em silêncio e encaramos esses fatos como algo natural, estamos produzindo formas de poder, de maneira a vigiar e punir quem não cumpre essas sanções, ou seja, estamos constantemente vivendo em um jogo de Dominador X Dominado (FOUCAULT, 2011).

O poder associa-se ao saber, o qual serve como instrumento para legitimar práticas autoritárias por meio da vigia, controle dos corpos, segregação e desejo em nome da justiça. Sendo esse poder

operante de modo difuso, que se espalha através de micropoderes (microfísica). Assim, o Biopoder permite o controle de populações inteiras que se dá a partir da governamentalidade, que são conjuntos de instituições que impõem seu saber na população. Desse modo, a biopolítica controla a vida, utilizando-se de meios de transformação dos indivíduos, de maneira a aplicar a sociedade uma distinção entre o normal e o patológico e impor um sistema de normalização dos comportamentos e das existências (FOUCAULT, 2011).

A medicina seguia essa mesma lógica de produção, sendo excludente, isolando os indivíduos no intuito de purificação entre os mesmos, o que se pode chamar de higiene política, na qual essa higienização se utiliza de um discurso de bem-estar social como forma de justificativa para seus próprios interesses políticos e econômicos (FOUCAULT, 1999).

Assim, aparecia nitidamente uma forma criminoso de controlar os corpos através da exclusão, eugenia, onde os excluídos eram chamados de degenerados, hoje percebe-se isso também no controle dos corpos da mulher, onde aquilo que não está dentro do que é tido como perfeito e aceitável é excluído dos demais; também é um processo de exclusão por não se enquadrar nos padrões como ritual do que é perfeito e essa materialização do poder sobre o corpo do indivíduo vai controlar socialmente o corpo social. Existe, de uma certa forma, um padrão estabelecido de controle do pensamento do próprio corpo através de trabalhos incessantes, obstinação que o poder exerce de um corpo perfeito, tanto para uma mulher quanto para uma criança, na busca constante de um modelo de corpo sadio, onde não haja nenhuma imperfeição, para que possa estar sendo agradável aos olhos dos outros (FOUCAULT, 1999).

Apesar das mulheres virem conquistando igualdade de direitos, seja em âmbito privado e público, encontra-se ainda resistência e preconceito quanto as habilidades da mulher frente a sociedade, geralmente vistas como de menor valor e mais delicadas, a qual precisa reafirmar-se a cada espaço em que ocupa sua capacidade (WOLF, 1992).

Com o objetivo de superar esse sistema de controle, é preciso refletir e transcender essas barreiras impostas socialmente, como o “mito da beleza”, reconhecendo que é segundo a subjetividade de cada mulher que se constrói sua forma de beleza. Por isso, a beleza feminina é plural, pois podemos perceber diversas belezas em diferentes mulheres. Desse modo, sentir-se bonita pode significar manter sua dignidade, respeitando seu modo único de se colocar no mundo enquanto seres sexuais e femininos. Assim, preserva-se sua autonomia de escolha mesmo diante dessa facticidade que a princípio a determina, porém é a mulher que sendo livre não se enquadra nesses padrões, ou seja, ela é insubordinada ao que fazem dela. (NIXON, 2019).

O Papel do Psicólogo em uma Perspectiva Fenomenológico-Existencial na Clínica

Como visto anteriormente, o corpo da mulher vem sendo objetificado e naturalizado na sociedade pelo olhar do outro.

A partir do pensamento fenomenológico-existencial, a consciência está relacionada com o corpo. O sujeito lançado no mundo está em relação com outros seres e objetos nomeados que estão para uma consciência (SARTRE, 1997).

Partindo desse pressuposto, podemos fazer uma análise em relação a psicologia fenomenológico-existencial, onde o corpo é visto como algo mutável. Como o corpo é consciência e consciência é existência, o corpo é a primeira “coisa” que chega no espaço, sendo ele a primeira relação com o mundo, pois o próprio corpo tem sua linguagem e sempre está sendo no mundo, sendo ele inteiramente psíquico. Sendo que essa consciência é para fora e não para dentro, sendo ela mundo e existência (SCHNEIDER, 2011).

Dessa maneira, há duas possibilidades do sujeito se relacionar com o seu corpo: Ser-para-o-outro e Ser-para-si. O Ser-para-o-outro é um modo de ser constituído sob o ponto de vista do outro sobre o corpo do sujeito, sendo esse corpo visto como objeto, ou seja, de maneira entificada. Então, esta possibilidade é uma ação de má-fé, fuga ou negação da realidade para que possa evitar a angústia existencial, ou seja, uma angústia de estar sendo, de imprevisibilidade, onde o sujeito não têm certeza de nada, pois quanto maior a sua liberdade, maior será a angústia. Assim, nessa relação de Ser-para-o-outro, o sujeito se relaciona com o corpo como um único modo de existir, sendo essa uma escolha inautêntica e se assemelhando a uma condição em-si, completa e definida. Enquanto o Ser-para-si é quando o sujeito consegue perceber outras maneiras de existir e que existem múltiplas possibilidades; sendo assim, ele se assemelha a uma condição para-si, na qual o sujeito apresenta responsabilidade de modo a fazer uma escolha autêntica, reflexiva (SARTRE, 1997).

Nota-se que o sujeito na maioria das vezes se assemelha a uma condição em-si, por meio da determinação do meio social, porém ao mesmo tempo ele também, enquanto um modo de ser-para-si, é influenciador desse mundo, se posicionando em liberdade. Porém, o sujeito vive quase o tempo todo em uma atitude de má-fé, como forma de mascarar sua angústia existencial (SARTRE, 1997).

Heidegger (1989), quanto ao tema, propõe a noção *daseinanalítica*, na qual o que se coloca em questão é a interrogação do fenômeno, em seu modo de ser, buscando o desvelamento de seus sentidos, já que para ele o que nos move é a abertura de sentido no mundo, em uma relação de estranhamento. Com isso, o *dasein*,

enquanto um modo de ser do homem no universal, constitui-se como algo imprevisível e singular. O ser-no-mundo é formado a partir do horizonte histórico, no qual o sujeito costuma agir na impessoalidade quase o tempo inteiro. Deste modo, a abertura de sentidos é a disposição para as possibilidades e o sujeito toma consciência de sua liberdade, sendo essa liberdade dentro daquilo que é possível, agindo numa condição de ser sadio, já o ser doente está em uma condição de privação e redução de liberdade.

As vivências são experienciadas de modo distintos e sofre influência do processo histórico e social em que o sujeito está inserido, pois somos seres que estamos em relação o tempo todo. Assim, a escolha nunca é individual, mas sim coletiva, por isso o existencialismo costuma dizer que não existe subjetividade, mas sim intersubjetividade (SCHNEIDER, 2011).

Portanto, ao relacionar o que já foi dito com a objetificação do corpo da mulher, percebe-se que a feminilidade corre perigo, pois apesar de sermos seres em relação, nos posicionamos de forma singular no mundo. Assim, quando há uma recusa do eterno feminino, ocorre uma fuga a qual denominamos inautêntica, já que a mulher tenta ser como o homem, para se posicionar no mundo; portanto, Beauvoir (2009) fala que ela vai se tornando mulher, e não que já se nasce mulher.

O homem se apresenta como algo essencial na sociedade, já a mulher como inessencial, pois na própria sociedade, quando falamos em seres humanos, nos dirigimos para a palavra o homem. A partir disso, nota-se que o homem sempre está no comando e a mulher em uma posição de assujeitamento, onde ela não tem existência sem o homem, mas o homem existe sem ela (BEAUVOIR, 2009).

Através disso, percebe-se que o masculino domina o feminino, e conseqüentemente a mulher fica submissa ao homem, fato este que ocorre ao longo da história ocidental, tornando algo cultural na sociedade, sendo uma relação de dependência e um fato absoluto; porém, não é imutável. Se a própria mulher não exercer sua autonomia no mundo e se posicionar de forma autêntica sua realidade provavelmente não mudará, pois não se espera que o opressor irá libertar seu subordinado. Todavia, como a manipulação pelo outro ocorre de maneira natural, pois houve um condicionamento do agir tornando um corpo dócil e fácil, a atitude da mulher enquanto sujeito no mundo precisa, por vezes, ser construída (BEAUVOIR, 2009).

Então, devido as influências sociais e o modo de existir, quase o tempo todo na impessoalidade e má-fé, a mulher pode apresentar em seus discursos durante a terapia a fala do outro, ou seja, a partir do ponto de vista do outro e não de suas próprias opiniões, já que pode buscar a aceitação do outro para se constituir. Assim, o terapeuta, junto com ela, vai buscar novas possibilidades de existir e modos-de-ser, fazendo-a refletir sobre suas

ações, sobre o que foi feito dela e o que ela faz do que fizeram dela. (FEIJOO, 2000).

Assim, o psicólogo na linha fenomenológico-existencial atua partir da relação entre ele e o cliente em abertura, ou seja, deixando surgir as coisas numa postura de estranhamento dos determinismos sociais e descrevendo os fenômenos tais como se apresentam de modo imprevisíveis e sem interpretações, na qual o cliente poderá ampliar a consciência de liberdade e se apresentar no mundo de possibilidades. Contudo, na maioria das vezes o indivíduo tenta mascarar a angústia de existir em liberdade, pois quanto maior a sua liberdade, maior será a angústia. Sendo que essa liberdade não é livre arbítrio, não se pode fazer tudo, mas sim dentro daquilo que é possível enquanto autonomia de escolha. Assim, a negação da liberdade implica em uma atitude de impessoalidade, ou seja, é um meio do sujeito fugir ou negar outros possíveis. Através disso, o psicoterapeuta procura manter o indivíduo nessa tensão, uma vez que a angústia existencial é inerente a condição da existência, portanto insuperável, para que vivencie suas escolhas com responsabilidade (FEIJOO, 2000).

Muitas vezes, ocorre do indivíduo colocar suas responsabilidades no outro, de forma a culpabilizá-lo, agindo na má-fé. Com isso dito, o psicólogo poderá facilitar a ampliação da consciência de liberdade questionando esses conhecimentos absolutos, a fim de que o indivíduo faça uma escolha autêntica e perceba novos desvelamentos de sentidos na sua existência e outras possibilidades, para que assim possa transcender. A culpa paralisa, aprisiona na verdade e não se consegue perceber outras possibilidades de existir (FEIJOO, 2000).

Considerações Finais

Considera-se o corpo da mulher violentado diariamente, sendo este processo perpassado por relações de poder, nas quais o direito da mulher na sociedade é violado e manifestam-se padrões que normalizam condutas e controlam.

O controle, exercido por pré-conceitos das concepções do corpo feminino exerce um poder opressor e pode ser associado ao funcionamento de uma máquina. Visto isso, como o poder não está nas mãos de uma pessoa, as máquinas precisam de engrenagens para funcionar. Assim, a sociedade torna-se os braços da engrenagem da máquina de produção formando corpos dóceis, por meio de manipulação e subjugação das relações de forças.

O controle do corpo e da sexualidade produz subjetividades, em que as relações de poder perpassam e moldam as construções de gênero da sociedade. A partir disso, a mulher é educada a pensar, sentir e agir de forma submissa, sendo a sociedade construída a

partir de padrões masculinos que enquadra exigências ao corpo feminino manipulando e dominando.

Vislumbrando outras possibilidades de se relacionar com o corpo, o psicólogo na abordagem fenomenológico-existencial poderá, no encontro em abertura de sentidos e possibilidades, facilitar que a mulher reflita esse lugar simplesmente dado pelo social e consiga assumir escolhas autênticas não mais como um eu encapsulado, mas no dever, já que o indivíduo é um eterno vir-a-ser. Portanto, já que os sujeitos costumam viver quase o tempo todo na impessoalidade, é pelo estranhamento das coisas que poderá perceber que não existe apenas um único modo de existir, mas sim múltiplos.

Referências

ANDRADE, A.; BOSI, M. L. M. Mídia e subjetividade: Impacto no comportamento alimentar feminino. *Revista de Nutrição*, São Paulo, SP, 16 (1), 117-125, 2003.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense universitária, 2001.

BARDWICK, J. M. *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da autorrealização alteraram as nossas vidas*. São Paulo: DIFEL, 1981.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2009.

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. *Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade*. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDAS, W. *Temas da cultura de massa: Música, futebol e consumo*. São Paulo: Villipress, 2001

CASTRO, A. L. *Corpo, consumo e mídia*. Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo: FAPESP, 2003.

COSTA, L. C. A.; MELLO, I. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999

DAVIS, Â. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 1944.

FEIJOO, A. M. L. C. *A escuta e a fala em psicoterapia: Uma proposta fenomenológico-existencial*. São Paulo: Vetor, 2000.

FISCHER, R. M. B. *Mídia e educação da mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV*. *Revista Estudos Feministas*, 9 (2), 586-599, 2011.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 14. ed. São Paulo: Graal, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, P. *Conscientização: Teoria e prática da libertação - Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.

KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru, SP: EDUSC., 2001.

NIXON, C. *As pressões que as mulheres enfrentam hoje*. *Girls. Girls. Girls*. magazine. Instagram, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/>

B9CHAUAJ-2H/?igshid=122fu65dxerrh Acesso em: 15 Mar. 2020.

NOGUEIRA, R. M. *A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero*. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 2018. Disponível em: <http://tpps://jus.com.br/artigos/48718>. Acesso em: 23 set. 2019.

PATEMAN, C. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20-completo.pdf/view>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SARTRE, J-P. *O Ser e o Nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHNEIDER, D. R. *Sartre e a psicologia clínica*. Florianópolis: UFSC, 2011.

VICENTINO, C. *História geral*. São Paulo: Scipione, 1997

WOLF, N. *O Mito Da Beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.